



## ESTADO DE GOIÁS

CONSELHO ESTADUAL DODO MEIO  
AMBIENTE - CEMAM

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS - CERHÍ

1 **Ata da 1ª Reunião Conjunta do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEMAM e do**  
2 **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHÍ, da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho**  
3 **Estadual do Meio Ambiente – CEMAM e da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual**  
4 **de Recursos Hídricos – CERHÍ.**

5 Aos 13 dias do mês de agosto de 2018, no Auditório Jornalista Jaime Câmara, 9º andar do Palácio  
6 Pedro Ludovico Teixeira, Praça Cívica - Centro, em Goiânia/GO, foi realizada a **1ª Reunião**  
7 **Conjunta do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEMAM e do Conselho Estadual de**  
8 **Recursos Hídricos – CERHÍ, sendo também a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do**  
9 **Meio Ambiente - CEMAM e 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos -**  
10 **CERHÍ.** Estavam presentes o Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAM, Sr.  
11 Hwaskar Fagundes, o Superintendente Executivo do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da  
12 SECIMA, Sr. Paulo Humberto Guimarães Araújo, o Secretário-Executivo do CEMAM e do CERHÍ,  
13 Sr. João Ricardo Raiser, **os Conselheiros do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAM:** Sr.  
14 Luiz Medeiros Pinto (suplente) representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
15 Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação - SED, Sra. Lara  
16 Menezes Melo Oliveira (suplente) representando a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP,  
17 Sr. João Ferreira de Moraes (suplente) da Secretaria de Estado da Saúde - SES, a Sra. Sílvia de  
18 Freitas Alves (titular) e o Sr. Leonardo Teófilo Teles (suplente), representando a Secretaria de Estado  
19 de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE, Sr. Manoel Rodrigues Chaves (titular) representando a  
20 Universidade Federal de Goiás - UFG, o Sr. Francisco A. Silva de Almeida (titular) e o Sr. João de  
21 Deus de Souza Bernardino (suplente) representantes do Conselho Regional de Engenharia e  
22 Agronomia de Goiás - CREA/GO, o Sr. Clarismino Luiz Pereira Júnior (titular) da Ordem dos  
23 Advogados do Brasil - OAB/GO, o Sr. Marcelo Lessa Medeiros (titular) da Federação da Agricultura  
24 e Pecuária de Goiás - FAEG, Sr. Flávio Santana Rassi (titular) da *Federação da Indústrias do Estado*  
25 *de Goiás* - FIEG, representando o Fórum Empresarial do Estado de Goiás, Sr. Germano Augusto de  
26 Oliveira (suplente) representando a Associação Goiana de Municípios - AGM, o Sr. Ezizio Alves  
27 Barbosa (titular) da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA, o  
28 Sr. Juliano de Barros Araújo (suplente) representando o Ministério Público do Estado de Goiás -  
29 MP/GO. **Os Conselheiros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHÍ:** Sr. Paulo  
30 Humberto Guimarães Araújo (titular), Sr. Diogo Lourenço Segatti (suplente), e Sr. Gustavo Henrique  
31 Soares (titular), representando a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos,  
32 Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, Sr. Luiz Medeiros Pinto (suplente)  
33 representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de  
34 Agricultura, Pecuária e Irrigação - SED, o Sr. Cláudio Rodrigues da Silva (titular) e o Sr. Eduardo  
35 Henrique da Cunha (suplente) da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços  
36 Públicos - AGR, a Sra. Yara Vanessa Portuguese Fonseca (titular) e o Sr. Mário César Guerino  
37 (suplente), ambos da Empresa de Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO, o Sr. Antônio Martins  
38 Borges Neto (titular), representando a Companhia Energética de Goiás - CELG, Sr. Germano  
39 Augusto Oliveira (suplente) representando a Agência Goiana de Municípios - AGM, Sr. Bruno  
40 Vicente Marques (titular), representando a Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás - IRRIGO,  
41 Sra. Jordana Gabriel Sara Girardello (suplente) representando a Federação da Agricultura e Pecuária  
42 de Goiás - FAEG, o Sr. Pedro Silvério Pereira (titular) e a Sra. Elaine Lopes Noronha Farinelli  
43 (suplente) representando a Federação das Indústrias de Goiás – FIEG, o Srs. Fábio Floriano  
44 Haesbaert (titular) e Sr. Wilson de Azevedo Filho (suplente) representando a Associação de  
45 Mineradores de Águas Termais do Estado de Goiás - AMAT/GO, o Sr. Francisco A. Silva de Almeida  
46 (titular) e Sr. Francisco Ganzer Neto (suplente) representando o Conselho Regional de Engenharia e  
47 Agronomia - CREA/GO, Sra. Hornella Crysthine Urzeda Duarte representando o Fórum Goiano de  
48 Comitês de Bacias Hidrográficas - FGCBH, o Sr. Kleber Teodomiro M. Formiga (titular),



## ESTADO DE GOIÁS

CONSELHO ESTADUAL DODO MEIO  
AMBIENTE - CEMAm

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS - CERHÍ

49 representando a Universidade Federal de Goiás - UFG, a Sra. Angela Maria Lavallo Barbeito -  
50 Fundação César Baiocchi (titular), representando a Sociedade Civil Organizada, Srs. Marcos Antônio  
51 Correntino da Cunha (titular) e José Vicente Granato de Araújo (suplente) - representando a  
52 Associação Brasileira de Recursos Hídricos em Goiás - ABRH, o Sr. Delson Leone Júnior (titular)  
53 representando o Ministério Público do Estado de Goiás - MP/GO. Do Conselho Estadual do Meio  
54 Ambiente, não justificaram suas ausências os Srs. Renato de Paiva e Wanderley (titular) e Cristianne  
55 Borges Miguel (suplente), ambos do IBAMA. André Luiz Costa (titular), da Bio Preserv e Hiury  
56 Correia (suplente) da Ecoconnect; Larissa Michetti (titular) do Instituto Sol e Carlos Roberto Silva  
57 (suplente) da OSAFF, representando as Organizações Não Governamentais. Justificou ausência o Sr.  
58 Henrique Arantes (titular) da ALEGO e enviou representante. Do Conselho Estadual de Recursos  
59 Hídricos - todas as instituições foram representadas. **O presidente dos Conselhos, Sr. Hwaskar**  
60 **Fagundes abriu os trabalhos em regime de segunda chamada** e, após cumprimentos, apresentou  
61 informações sobre as atividades e reuniões realizadas pela SECIMA em conjunto com outras  
62 instituições, visando equilibrar e priorizar a captação da água do rio Meia Ponte, como redução do  
63 uso em 50% dos usos múltiplos, o sifonamentos de barragens para garantir as descargas de fundo,  
64 educação ambiental e a fiscalização, de forma que, de acordo com acompanhamentos diários, a vazão  
65 melhorou numa média de 1.000 litros em relação aos dados do ano passado. Disse que racionamento  
66 da água significar usar a água de forma racional, uma ação educativa e que precisa ser contínua, mas  
67 que falar em racionamento não significa que faltará água neste ano, pois já foram feitas diversas  
68 adequações de natureza técnica. Entretanto, é necessário restabelecer condições para que os  
69 produtores e a população tenham um fornecimento adequado em médio e longo prazos. Solicitou  
70 que, exclusivamente nesta reunião, o tempo de fala seja de até 2 minutos por manifestação, com  
71 objetividade nas falas e propostas. Em seguida passou a palavra ao Secretário-Executivo dos  
72 Conselhos, Sr. João Ricardo Raiser, que, após os cumprimentos, contextualizou as razões para a  
73 realização da reunião e deliberação conjuntas e convidou o plenário para apreciação da pauta: **I -**  
74 **Abertura da sessão e verificação do quórum:** o Secretário-Executivo destacou que havia quórum em  
75 ambos os Conselhos; **II - Ordem do dia:** 1. Apresentação da Deliberação nº 04/2016, do Comitê da  
76 Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte; 2. Apresentação de Minuta de Resolução Conjunta do  
77 CEMAm e do CERHÍ, sobre as diretrizes para o enfrentamento da situação hídrica da bacia  
78 hidrográfica do Rio Meia Ponte; 3. Apreciação da Proposta de Moção Conjunta do CEMAm e  
79 CERHÍ, direcionada aos(as) candidatos(as) ao Governo do Estado, sobre a estruturação dos  
80 Sistemas de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos no Estado de Goiás; 4. Apreciação da Ata da  
81 reunião conjunta. **III - Tribuna livre; IV - Encerramento.** Questionou aos conselheiros se havia  
82 alguma proposta de inserção ou de exclusão de pauta e não houve nenhuma manifestação. Solicitou,  
83 em nome da SECIMA, a inclusão de uma apresentação para contextualização da reunião conjunta  
84 entre os Conselhos de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, bem como das ações realizadas pela  
85 Secretaria, com um relatório das atividades que foram executadas e o detalhando a realidade da  
86 bacia. O plenário aprovou a inclusão. Representando a SECIMA, o Sr. João Ricardo realizou uma  
87 apresentação sobre a integração dos Sistemas e das Políticas Públicas de recursos hídricos, de meio  
88 ambiente e o uso do solo, apontando seus principais pontos de intersecção, tratou da importância do  
89 uso racional, dos usos prioritários, da situação de escassez e eventos críticos, e da atuação desses  
90 sistemas, não somente de forma isolada, mas no contexto da integração de suas atribuições. O  
91 Secretário-Executivo ainda orientou que, para um melhor resultado e proveito da reunião, era  
92 necessária a observância de algumas diretrizes: identificação no início das falas; tempo de fala de 2  
93 minutos por manifestação; objetividade nas falas e propostas; e que deliberação fosse realizada por  
94 meio do somatório dos votos do Plenário dos dois Conselhos, sendo 16 membros do CEMAm e 17  
95 membros do CERHÍ. Em que caso de empate, caberia ao Presidente dos Conselhos o voto de  
96 qualidade. Em votação, o plenário acatou as regras. O conselheiro Juliano de Barros Araújo, do



## ESTADO DE GOIÁS

CONSELHO ESTADUAL DODO MEIO  
AMBIENTE - CEMAm

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS - CERHÍ

97 Ministério Público, alertou para as competências de cada Conselho e solicitou atenção para que não  
98 houvesse interferências inadequadas. Paulo Humberto Guimarães, da SECIMA, informou que  
99 durante as votações, seriam observadas as competências de cada um dos Conselhos, conforme os  
100 temas em votação. A palavra foi passada ao Superintendente de Recursos Hídricos da SECIMA,  
101 Diogo Lourenço Segatti, que explanou sobre as atividades desenvolvidas pela SECIMA, destacando  
102 os grupos de trabalho criados com o objetivo de buscar a adequada gestão hídrica na bacia. Citou a  
103 identidade visual do projeto “Meia Ponte de Todos”; a realização de atividades de educação  
104 ambiental; o decreto da situação de emergência na bacia do Rio Meia Ponte, com sua portaria de  
105 regulamentação; a portaria de redução dos usos outorgados e as ações de fiscalização nos usos e  
106 barramentos não outorgados. Informou que todas as ações de fiscalização foram no sentido de  
107 retornar água para o Rio Meia Ponte. Para 2019, disse que há a missão de revisar todos os usos da  
108 bacia. Seguindo a ordem do dia o Sr. João Ricardo Raiser prosseguiu com apreciação do Item 1.  
109 **Item 1 - Apresentação da Deliberação nº 04/2016, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia**  
110 **Ponte**, convidando para expor o assunto, o Sr. Fábio Camargo, presidente do Comitê da Bacia do  
111 Meia Ponte expôs a necessidade de apresentar a realidade hídrica para a população, tratar as ações  
112 emergenciais para melhorar o consumo e orientar a população para um uso racional contínuo da  
113 água. Destacou que o Comitê da Bacia do Meia Ponte não teve outra opção a não ser autorizar a  
114 entrada na vazão ecológica, priorizando assim o abastecimento humano, tendo em vista a mudança  
115 do nível crítico 1 para o nível crítico 3 e que é necessária a implantação de uma política de Estado  
116 nessa área e a criação do plano da bacia do Meia Ponte, pois é um documento essencial para se  
117 planejar o que fazer sobre outorgas e outros aspectos relacionados à bacia. E da importância de não  
118 somente fazer os planos mas também de executá-los. Solicitou ao Sr. João Ricardo Raiser que fizesse  
119 uma apresentação da Deliberação n.º 04/2018, do CBH Meia Ponte. O Sr. João Ricardo Raiser frisou  
120 que para a construção da proposta aprovada pelo Comitê, foi necessária uma ampla pesquisa  
121 relacionada a situações de enfrentamento de eventos hidrológicos críticos e situações de escassez  
122 enfrentadas tanto no Brasil como em outros países, citando como exemplos a situação das bacias do  
123 São Francisco, do Paranaíba e do Tocantins, além de situações como o abastecimento da região  
124 metropolitana de São Paulo e do Distrito Federal. Expôs as informações sobre a Bacia Hidrográfica  
125 do Rio Meia Ponte, citou: a ampliação das ações de fiscalização dos usos na bacia; monitoramento  
126 das vazões outorgadas e das condições de escoamento e dos usos - barramentos e hidrômetros; a  
127 retirada de usos irregulares; monitoramento da vazão no manancial; instalação de estações de  
128 hidrometeorológicas; medições frequentes de vazão, com métodos de precisão; mobilização e  
129 envolvimento do poder público, usuários e da sociedade. Destacou a necessidade de garantir o uso  
130 múltiplo das águas; os usos prioritários em situação de escassez; as diretrizes gerais para a definição  
131 de vazões mínimas, as diretrizes para enfrentamento da situação crítica de escassez hídrica; as  
132 diretrizes para o período de estiagem e observou que é preciso o aperfeiçoamento da gestão, o  
133 planejamento, a regulação e o enfrentamento de futuros eventos hidrológicos críticos. Detalhou  
134 também que a base da proposta está ligada à autorização para a redução da vazão remanescente,  
135 ambiental ou ecológica, no manancial e à possibilidade de implementação de um Trecho de Vazão  
136 Reduzida, entre a captação para o abastecimento de Goiânia e região metropolitana e a afluência do  
137 Ribeirão João Leite, caso a crise hídrica e o processo de escassez na bacia se agravem, não tendo  
138 mais condições de garantir os usos prioritários, segundo as Políticas Nacional e Estadual de Recursos  
139 Hídricos, e a 50% das vazões outorgadas para os usos múltiplos, usos estes que estão sendo  
140 garantidos em função do severo impacto econômico e social que seria causado caso fossem  
141 suspensos, com reflexos em mais de 7.700 empregos diretos, apenas no setor industrial. Lembrou  
142 ainda que a vazão será parcialmente recomposta no final do Trecho de Vazão Reduzida, com a  
143 ampliação da vazão de escoamento da Barragem do Ribeirão João Leite, e que a proposta aprovada  
144 pelo Comitê é uma atitude emergencial, para o enfrentamento do período de estiagem no ano de



## ESTADO DE GOIÁS

CONSELHO ESTADUAL DODO MEIO  
AMBIENTE - CEMAm

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS - CERHÍ

145 2018. Que são necessárias ações complementares, voltadas para o médio e longo prazo, visando  
146 garantir segurança hídrica para a bacia, apontando a necessidade de: ampliar a reservação e  
147 regularização na bacia; melhorar as condições de uso do solo e infiltração; melhorar as condições  
148 ambientais; reorganizar os usos e alocação de água na bacia. Sendo que essas ações devem orientar a  
149 gestão da bacia até que esteja concluído o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Meia Ponte.  
150 Não havendo dúvidas a serem esclarecidas, voltou a palavra para o Presidente dos Conselhos, Sr.  
151 Hwaskar Fagundes, que, continuando, passou para o item 2 da Pauta. **Item 2 -Apresentação de**  
152 **Minuta de Resolução Conjunta do CEMAm e do CERHÍ, sobre as diretrizes para o enfrentamento**  
153 **da situação hídrica da bacia hidrográfica do Rio Meia Ponte.** Uma vez que o documento foi  
154 encaminhado aos Membros, o Presidente dos Conselhos abriu a palavra aos membros para início dos  
155 debates. O Sr. Marcos Correntino, da ABRH, solicitou abordou a importância da gestão integrada e  
156 de não dissociar quantidade e qualidade, e da preocupação que seja considerada a qualidade da água  
157 do Rio Meia Ponte, pois o problema não é só a vazão reduzida, há grande quantidade de esgotos  
158 clandestinos no trecho. O Sr. Ezizio Barbosa, da ANAMMA – destacou que as ações estão atrasadas  
159 há muitos anos e que são necessárias ações efetivas para colocar em funcionamento agora e sugeriu  
160 que os conselheiros avaliassem a aplicação do planejamento, incluindo uma ação conjunta entre a  
161 SECIMA e os 39 municípios que compõem a bacia, para o levantamento da situação da bacia em  
162 cada município, conhecendo as nascentes e a área de proteção permanente, fornecer mudas para  
163 apoiar os proprietários na recuperação dessas áreas, pois o trabalho de conscientização e de  
164 levantamento junto aos municípios trará um resultado positivo de forma imediata para a educação  
165 ambiental e o reflorestamento. A Sra. Jordana Gabriel Sara, da FAEG, expôs dúvida sobre se a  
166 resolução pretende criar um novo grupo ou câmara técnica, uma vez que já existe um Grupo de  
167 Trabalho no Comitê, tratando dessas questões, com todos os entes envolvidos. O Secretário-  
168 Executivo, Sr. João Ricardo Raiser explicou que o objetivo da pauta é homologar a deliberação nº 4  
169 do Comitê da Bacia do Meia Ponte e a câmara técnica seria para contribuir com o Comitê desta  
170 bacia, acompanhando e sugerindo ações. Foi esclarecido que a proposta era de criar uma câmara  
171 temporária. O Sr. Francisco Ganzer Neto, do CREA, sugeriu ações voltadas para o manejo da água, a  
172 aplicação de irrigação, diretrizes e técnicas de manejo, antecipação da safra, e outras ações para  
173 evitar a retirada de água do rio nos meses de agosto, setembro e outubro. Sugeriu também que parte  
174 do ICMS originado das áreas irrigadas fosse transferido para o pagamento das barragens. Sugeriu  
175 que as pessoas que trabalham com produtos hortifrutigranjeiros modifiquem o modelo de utilização  
176 de água, passando para o gotejamento, reduzindo assim, a quantidade de água retirada do rio. O  
177 Presidente dos Conselhos solicitou que, em uma próxima reunião de trabalho na SECIMA, o  
178 conselheiro Francisco Ganzer Neto apresente e detalhe as propostas para inclusão nas pautas de  
179 atividades da Secretaria. O Sr. Juliano de Barros Araújo, do Ministério Público, expôs a necessidade  
180 de não se confundir as competências para deliberações dos Conselhos. Disse que o Comitê definiu o  
181 uso da vazão do manancial e compete ao Conselho de Recursos Hídricos referendar ou não. A parte  
182 ambiental não pode referendar este aspecto. Lembrou que, como citado anteriormente pelo  
183 conselheiro Sr. Marcos Correntino, existe um fato que é o lançamento de esgoto no rio com  
184 tratamento primário e precário e isso pode acarretar mais danos, e que as consequências não estão  
185 somente no fato de captar água para o abastecimento da cidade, pois já existem problemas  
186 gravíssimos de poluição atmosférica decorrente do esgoto lançado no rio Meia Ponte que poderão ser  
187 agravados neste momento de estiagem e a população já sofre há anos com isso. Como medidas do  
188 Conselho Estadual do Meio Ambiente, seria acatar as ações no sentido de educação ambiental, o  
189 plantio em períodos escalonados bem como a determinação ao município e à SANEAGO para que  
190 adotem medidas visando ao processo de licenciamento da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE,  
191 estabelecendo mecanismos de tratamento que atendam a Bacia. O Sr. Antônio Borges, da CELG,  
192 destacou que a aprovação da decisão do CBH Meia Ponte é inevitável, e que deveria ser aprovada



## ESTADO DE GOIÁS

CONSELHO ESTADUAL DODO MEIO  
AMBIENTE - CEMAm

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS - CERHÍ

193 pelo plenário pois é uma decisão amparada na garantia e respeito a um uso prioritário. Destacou  
194 também a manifestação do conselheiro Sr. Marcos Correntino pois, para uma solução definitiva ao  
195 rio Meia Ponte, é preciso considerar também a questão do esgoto na área urbana e lançamentos  
196 clandestinos. Disse também que o rio não suporta mais a retirada da água e que a SANEAGO precisa  
197 encontrar alternativas de abastecimento para não mais sacrificar a vazão ecológica. O Sr. Pedro  
198 Silvério, da FIEG, observou que no momento não há outra opção a não ser aprovar o apoio à  
199 Deliberação do Comitê. Sugeriu que seja feito um estudo complementar, pois à montante de Goiânia  
200 vai sempre ter o problema de captação e pode ser trabalhado, à jusante de Goiânia uma nova  
201 captação do rio Meia Ponte, desde que se faça o tratamento do esgoto e melhore a qualidade da água.  
202 O Sr. Mário Guerino, da SANEAGO, informou que nessa reunião, o que o plenário está se fazendo é  
203 a legalização da questão em análise e que, na verdade, todos os anos usa-se a vazão ecológica,  
204 independente da captação para o abastecimento público. No ano passado, a vazão chegou a 700 litros  
205 por segundo no ponto de captação da SANEAGO e a vazão ecológica seria de 3.500 litros por  
206 segundo. Disse que, independente da SANEAGO captar, usa-se a vazão ecológica, e que o plenário  
207 estava reunido para a regularizar essa situação. Destacou também que, para uma solução definitiva, a  
208 SANEAGO contratou um estudo hidrológico considerando dois aspectos, o primeiro para criar um  
209 sistema de produção de água para a região metropolitana de Goiânia, utilizando outros mananciais e,  
210 o segundo, diz respeito à um amplo projeto de regularização da vazão do sistema Meia Ponte, por  
211 meio de barramentos nos seus afluentes do Meia Ponte. Completou ainda, que não é só efluente de  
212 esgoto que se joga no Meia Ponte, há também uma grande quantidade de resíduos sólidos. O Sr.  
213 Wilson Azevedo, da AMAT, destacou que, sobre a proposta anteriormente mencionada para a criação  
214 de uma câmara técnica, já existe no Comitê um grupo técnico e que podem ser executadas no âmbito  
215 desse grupo as ações propostas, de forma a evitar a criação de novo grupo. O Sr. Delson Leone  
216 Júnior, do Ministério Público, observou que nenhum dos representantes do Conselho disse quanto o  
217 Estado de Goiás investiu na bacia do Meia Ponte, e afirmou que foi zero. Disse que o plenário está  
218 com o papel de validar o que está errado e que, enquanto recursos dos Royalties (Compensação  
219 Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia), da Conta Especial de  
220 Recursos Hídricos do FEMA, e outros específicos do meio ambiente, não forem utilizados da forma  
221 correta, não acredita em evolução no meio ambiente e que, no próximo ano, o plenário estará  
222 novamente reunido para referendar outra deliberação e consumindo a vazão ecológica, justamente  
223 porque já foi inaugurado várias vezes o sistema a Estação de Tratamento de Esgotos da SANEAGO,  
224 passando de tratamento primário para secundário. Disse que os Conselhos precisam evoluir e ter voz  
225 ativa para avançarem e cumprirem o seu dever. Que o Meia Ponte é um grande esgoto e continuará a  
226 ser se medidas não forem adotadas. Disse que a DEMA deu um passo muito importante no inquérito  
227 policial e medidas judiciais devem ser trilhadas para a garantia dessa questão e o Governo do Estado  
228 de Goiás precisa evoluir, mas que sem recursos, todas as medidas já tomadas vão cair no  
229 esquecimento, tanto as do Comitê quanto as dos Conselhos, pois não acredita em evolução sem  
230 investimento, e o Governo do Estado de Goiás deve prestar contas do que realmente pode colocar  
231 para contribuir nessa questão, e não fazer o plenário passar pela vergonha de legalizar a utilização da  
232 vazão ecológica. Disse que estamos a 3.350 litros por segundo e a vazão ecológica inicia-se com  
233 3.000 e, quando se alardeia que a SANEAGO vai inaugurar no final do mês a integração dos  
234 sistemas, o Ministério Público foi surpreendido com um pedido de dispensa de licitação para a  
235 conclusão da obra. Que a população precisa saber e que o plenário precisa ser transparente e não  
236 compactuar com mentiras. Que o Sistema Mauro Borges precisa mostrar ao que veio e o plenário não  
237 pode se furtar. Que, muito tempo atrás, foi discutido no CREA, no sentido de evoluir essa questão e o  
238 que o plenário está fazendo é a vontade de um descrédito. Que, o trabalho da SECIMA foi árduo,  
239 mas estamos vivenciando anos de omissão e, usar pelo segundo ano consecutivo a vazão ecológica  
240 do Meia Ponte, não é mérito para ninguém. Que o plenário está sedimentando o errado e sem



## ESTADO DE GOIÁS

CONSELHO ESTADUAL DODO MEIO  
AMBIENTE - CEMAm

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS - CERHÍ

241 parâmetros. Ressalvou que o Comitê permitiu a utilização de 100% da vazão e que, pelo que foi  
242 trabalhado por todos, pela AGR, SECIMA, há um plano de racionamento onde a SANEAGO é  
243 obrigada a procurar outros meios para o fornecimento à capital. Que, o mais importante para o  
244 plenário pensar antes de votar é que não serão criados precedentes só para o Meia Ponte pois o que  
245 for votado também será estendido ao restante do Estado, que também passa por uma situação muito  
246 crítica por falta de investimento do Estado de Goiás. A palavra voltou ao Presidente dos Conselhos,  
247 Sr. Hwaskar Fagundes, que informou que em relação ao plantio de mudas que foi citado, a SECIMA  
248 tem um projeto já em evolução e foram plantadas mais de 100.000 mudas desde o início do ano e já  
249 foram adquiridas as outras que completarão 500.000 mudas que serão plantadas a partir de outubro.  
250 O trabalho já está sendo realizado junto aos municípios da bacia, principalmente na área à montante  
251 da captação. Quanto ao rodízio de safra, a SECIMA está elaborando um estudo para incentivar os  
252 barramentos em parceria com a SANEAGO e a SED, para criar reservas de água. Que, houve o  
253 restabelecimento das reuniões ordinárias dos Conselhos e a realização das extraordinárias, como esta,  
254 visando enfrentar e dar diretrizes para essa situação, que há um Comitê e o Conselho Estadual dos  
255 Recursos Hídricos, e que trouxe o tema para votação da pertinência ou não da proposta, afirmando  
256 que se ela não for aprovada, não há problema, porque o Comitê do Meia Ponte é um órgão  
257 deliberativo, e os Comitês fazem parte do Sistema e do Conselho. Disse que concorda que a  
258 SECIMA deve ter planejamentos e que o Governo já deu liberdade para a SECIMA trabalhar e que  
259 para ter investimento é preciso do planejamento e levantamento dos prognósticos para não ter uma  
260 aplicação de forma errada e desperdiçar o dinheiro. O que já está sendo feito é o levantamento e os  
261 prognósticos, a elaboração dos planos de bacia no Estado para saber onde investir, onde e como  
262 atuar. Que todas as deliberações em relação aos recursos hídricos serão votadas no plenário e há  
263 responsabilidade e, de forma alguma serão jurisdicionadas. Afirmou ainda, que a questão da  
264 priorização dos usos e da vazão ecológica é uma questão emergencial e que, no ano passado chegou  
265 a 700, independente do consumo humano. Que já estamos na vazão ecológica desde os 5.000 litros  
266 por segundo, há mais de três meses quando a vazão baixou, e que a SECIMA está atuando para que  
267 no próximo ano não precise passar pela mesma situação. Que será deixado o legado de um trabalho  
268 técnico bem embasado para os próximos dirigentes da SECIMA, e muitas ações estão sendo feitas  
269 junto ao Ministério Público para ter continuidade independente da vontade do Estado. O Sr.  
270 Francisco A. Silva, titular do CREA-GO, disse que o CREA enviou em novembro do ano passado  
271 algumas sugestões à SECIMA em relação ao planejamento e ao plantio mas que encaminhará  
272 novamente porque a questão em análise é de Estado e que deve-se pensar para frente e que vai  
273 apresentar novamente outra proposta com o levantamento de todos os lançamentos irregulares do  
274 João Leite, para um trabalho em conjunto ao Ministério Público. Que é preciso ações para curto,  
275 médio e longo prazos e solicitou a todos os representantes do plenário que apresentem sugestões de  
276 diretrizes de trabalho em conjunto para que possam cobrar do futuro governante. A Sra. Jordana  
277 Gabriel Sara, da FAEG lembrou que foi o CEMAm que pediu para que passasse a deliberação pelo  
278 Conselho. O Sr. Delson Leone, do Ministério Público lembrou que na última reunião ordinária do  
279 CEMAm questionou sobre o uso da vazão ecológica e que já destacou que isso não pode ser rotina  
280 no Estado de Goiás e o plenário do CEMAm se posicionou desfavorável à utilização indiscriminada  
281 da vazão ecológica e que o Secretário-Executivo dos Conselhos sugeriu marcar uma reunião conjunta  
282 entre os Conselhos para a análise do assunto. Encerrando o processo de discussão, o Presidente  
283 questionou aos Conselheiros quanto a propostas de alteração e adequações do texto. O Plenário  
284 sugeriu a alteração do Art. 2, com a substituição da proposta de criação de uma Câmara Técnica  
285 Temporária, para “os Conselhos poderão indicar até 3 conselheiros para participar do Grupo de  
286 Trabalho do Comitê...”. O Sr. Antônio Borges, da CELG sugeriu que no Art. 1º fosse colocada uma  
287 ressalva quanto ao limite mínimo da vazão remanescente, não sendo aceita a proposta. O Sr. Mário  
288 Guerino, da SANEAGO esclareceu que, quanto a proposta de deixar um percentual, isso é



## ESTADO DE GOIÁS

CONSELHO ESTADUAL DODO MEIO  
AMBIENTE - CEMAm

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS - CERHÍ

289 tecnicamente complicado para se executar mas a SANEAGO, ampliará a defluência na barragem do  
290 João Leite, visando a recuperação da vazão mínima após o Trecho de Vazão reduzida proposto,  
291 recompondo assim a vazão remanescente, ambiental ou ecológica. As alterações propostas foram  
292 aprovadas pelos Conselheiros. Finalizada a discussão, o Presidente dos Conselhos colocou em  
293 votação a minuta de Resolução Conjunta do CEMAm e do CERHÍ, sobre as diretrizes de  
294 enfrentamento da situação hídrica da bacia hidrográfica do rio Meia Ponte. Primeiro votaram os  
295 membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, sendo aprovado em unanimidade. Em  
296 seguida, procedeu-se a votação pelos membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente, sendo  
297 executada em duas etapas. Primeiro foi votado quanto à competência do CEMAm para deliberar  
298 sobre a proposta, sendo aprovada com dois votos contrários e uma abstenção. Em sequência,  
299 colocou-se em votação a proposta de resolução conjunta, sendo aprovada com um voto em contrário  
300 e uma abstenção. Desta forma foi aprovada pelos plenários do Conselho Estadual de Recursos  
301 Hídricos (CERHÍ) e do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm), a primeira Resolução  
302 Conjunta dos dois Conselhos. Na sequência, passou-se para a apreciação do item 3. **Item 3**  
303 ***Apreciação da Proposta de Moção Conjunta do CEMAm e CERHÍ, direcionada aos(as)***  
304 ***candidatos(as) ao Governo do Estado, sobre a estruturação dos Sistemas de Meio Ambiente e de***  
305 ***Recursos Hídricos no Estado de Goiás.*** O Sr. João Ricardo destacou que a proposta de moção foi  
306 originalmente sugerida pelo Sr. Clarismino Luiz, ao plenário do CEMAm, complementada pelo Sr.  
307 João Ricardo Raiser, Secretário-Executivo dos Conselhos, e apresentada na 34ª Reunião Ordinária do  
308 CEMAm. Sendo então sugerido pelo Sr. João Ricardo Raiser que, por ser matéria de interesse dos  
309 dois Conselhos, que a referida moção fosse apreciada pelos plenários dos dois Conselhos, o que foi  
310 oportunizado pela presente reunião conjunta. O Presidente passou a palavra aos conselheiros para  
311 considerações e sugestões de adequação. O Sr. Clarismino Luiz, da OAB, falou da importância da  
312 proposta e sugeriu a inclusão de um assunto no inciso III da Moção, que trata da restauração do  
313 Fundo de Recursos Hídricos, e aplicação dos seus recursos e dos recursos do FEMA, somente nas  
314 áreas de recursos hídricos e de meio ambiente. Em seguida o Sr. Manoel Rodrigues Chaves, da UFG  
315 destacou a necessidade da recriação Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, separada  
316 das demais atividades que estão atualmente incluídas. O Sr. Francisco A. Silva, representante do  
317 CREA-GO, sugeriu a criação de uma Agência, com agilidade para realizar as ações, mas destacou  
318 que o importante é que seja um órgão exclusivo para tratar das questões ligadas ao meio ambiente e  
319 aos recursos hídricos. Não havendo mais questionamentos ou adequações, o Presidente dos  
320 Conselhos, Sr. Hwaskar Fagundes, colocou em votação a minuta de moção conjunta, sendo aprovada  
321 por unanimidade pelos plenários dos dois Conselhos. Em seguida o Secretário-Executivo dos  
322 Conselhos fez a leitura da Ata da 1ª Reunião Conjunta do Conselho Estadual de Meio Ambiente  
323 (CEMAm) e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHÍ), e, não havendo questionamentos  
324 ou adequações propostas, foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Não havendo mais  
325 manifestações do plenário, o Presidente dos Conselhos, Sr. Hwaskar Fagundes, passou para o **item**  
326 **IV – Encerramento**, agradecendo a participação de todos os conselheiros e as pessoas que deram  
327 apoio e suporte à reunião, encerrando às 12 horas e 20 minutos.

328  
329  
330 **HWASKAR FAGUNDES**  
331 Presidente dos Conselhos  
332

333  
334 **JOÃO RICARDO RAISER**  
335 Secretário-Executivo dos Conselhos